

## **Rádio Comunitária e inclusão étnica e de gênero** *Radio Comunitaria y inclusión étnica y de género* *Community radio and ethnic and gender inclusion*

**Maria Inês Amarante<sup>1</sup>**

### **Resumo**

A comunicação comunitária ganhou força na América Latina e estabeleceu, mesmo na contra corrente dos conglomerados midiáticos, novos canais de comunicação popular em benefício dos povos. Apesar dos limites e repressões impostos pelas empresas de comunicação e as dificuldades legais, o rádio foi o meio que melhor propiciou esta mudança. Tendo por base a pesquisa documental, bibliográfica e experiência de campo, este trabalho tem como objetivo principal mostrar as perspectivas trazidas pelo rádio quanto à conquista da cidadania e dos direitos à expressão e ao desenvolvimento comunitário por meio da participação social neste veículo no Brasil. Pretende igualmente apresentar algumas experiências de protagonismo feminino regional, de povos tradicionais e afrodescendentes. Considera finalmente a dificuldade em ultrapassar a subserviência feminina como entrave à participação das mulheres, a marginalização étnica existente e a perspectiva urgente de políticas públicas inclusivas, sobretudo em tempos digitais.

Palavras-chave: rádio comunitária; cidadania; mulheres; povos tradicionais; afrodescendentes

### **Resumen**

*La comunicación comunitaria ganó fuerza en América Latina y estableció, incluso en la contra corriente de los conglomerados mediáticos, nuevos canales de comunicación popular en beneficio de los pueblos. A pesar de los límites y represiones impuestos por las empresas de comunicación y las dificultades legales, la radio fue el medio que mejor propició este cambio. Con base en la investigación documental, bibliográfica y experiencia de campo, este trabajo tiene como objetivo principal mostrar las perspectivas traídas por la radio en cuanto a la conquista de la ciudadanía y de los derechos a la expresión y al desarrollo comunitario por medio de la participación social en este vehículo en Brasil. También pretende presentar algunas experiencias de protagonismo femenino regional, de pueblos tradicionales y afrodescendientes. Finalmente, considera la dificultad de superar la subordinación femenina como obstáculo a la participación de las mujeres, la marginación étnica existente y la perspectiva urgente de políticas públicas inclusivas sobre todo en tiempos digitales.*

*Palabras claves: rádio comunitária; cidadania; mujeres; pueblos originários; afrodescendientes*

### **Abstract**

*The community communication won force in Latin America and it established, even in the average obstacle of the media groups, new channels of popular communication in benefit of the people. In spite of the limits and repressions imposed by the communication companies and the legal difficulties, the radio was the middle that best propitiated this change. Based on the research documental, bibliographical and field experience, the main objective of this work is to show the perspectives brought by the radio as for the conquest of the citizenship and of the rights to the expression and the community development through the social participation in this medium. The intention also is to present some experiences of regional women's protagonism, of traditional people and afrodescendants. Finally, it considers the difficulty in crossing the feminine subservience as impediment to the*

---

<sup>1</sup> Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Adjunta e pesquisadora da UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana na área de Comunicação. Instituto Latino-Americano de Artes, Cultura e História (ILAACH); Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (IELA). Trabalho apresentado no I Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura – SEMLACult, Foz do Iguaçu/PR, Brasil, 2017. E-mail: ines.amarante@unila.edu.br.

*women's participation, the existent ethnic marginalization and the urgent perspective of creation of inclusive public politics, above all in digital times.*

*Keywords:* Community radios; citizenship; women; traditional people; afrodescendants

## **I. Introdução**

Quando olhamos para a atualidade dos sistemas de comunicação na América Latina, refletimos sobre a necessidade de fortalecer a luta contra os preconceitos e a marginalização da herança de sociedades colonizadas dentro do processo consolidado da globalização. A contemporaneidade tem uma nova visão de cultura, o repensar as bases culturais, os conceitos de cultura, que comporta também a cultura das mídias, termo que faz referência aos estudos realizados por Santaella (2003), - referência sobre esta temática onipresente no meio acadêmico.

A partir da segunda metade do século XX, a comunicação comunitária ganhou força na América Latina, e estabeleceu, mesmo na contra corrente dos conglomerados midiáticos, novos canais de comunicação entre a sociedade e o Estado para expressar, pela primeira vez, suas próprias vozes (AMARANTE, 2010).

No entanto, constatamos que a mídia comunitária ainda sofre com certos limites e repressões, pelo não reconhecimento e o rechaço pelas grandes empresas de comunicação. Em diferentes países, a legislação rege sobre os direitos dessas rádios comprometendo sua função de democratização da palavra. No Brasil, em torno de seis famílias controlam os meios de comunicação e os conteúdos que neles são divulgados e este conteúdo não reflete a diversidade regional da cultura brasileira (MOURA, 2016).

Entre todas as comunidades, o rádio se mostrou o mais importante para o desenvolvimento e as mudanças sociais. Com tecnologia simplificada, caseira e de baixo custo, dos alto-falantes até o surgimento da Frequência Modulada (FM), inúmeras iniciativas contribuíram para fortalecer os valores da democracia, dos direitos, da cultura e da paz, reforçando assim a organização comunitária, afirma Dagron (2001). Qualquer pequeno país da América do Sul conta hoje com várias centenas de emissoras que servem às áreas rurais e urbanas com conteúdos adequados à cultura, à língua dos povos originários<sup>2</sup> e às necessidades

---

<sup>2</sup> Segundo Ramão Villalva (2012) a língua guarani foi oficializada no Paraguai em 1992, na província de Corrientes e, em 2004 e na cidade brasileira de Tacuru, em 2010. Em 2006, foi aprovada como língua oficial, junto com o português e espanhol, do bloco econômico do Mercosul.

locais. Estas experiências se amplificam pela internet permitindo uma maior divulgação de conteúdos e aproximação entre os povos por meio das redes sociais.

Segundo Moreno (2008) as rádios comunitárias não se limitaram apenas à democratização do acesso aos meios de comunicação, mas também estão ligadas à criação de instâncias nas quais o objetivo é a descentralização da informação e a capacidade de se comunicar. Essa descentralização faz com que a comunidade tenha outro viés informativo podendo formar uma opinião desvinculada apenas aos meios hegemônicos.

Uma das instituições mais fiáveis é o rádio, e as rádios alternativas sempre se constituíram numa “experiência passível de subverter o modelo linear de comunicação, transformando o receptor em sujeito, capaz de atuar, ao mesmo tempo, enquanto emissor-produtor de mensagens no meio de comunicação de seu próprio bairro” (AMARANTE, 2012).

No entanto, indagam Machado *et al.*(1986), “como foi possível (...) que onde a fome e a vida são como loteria permanente, os homens da Latino-América periférica, colonial, miseravelmente desigual e combinada, percebessem que é preciso, necessário e vital se comunicar?” A rebeldia, a transgressão e a utopia – esta última calcada nos ideais de Brecht, expostos em sua Teoria do Rádio, de 1932 (2005) na qual afirma que o veículo é capaz “não apenas de se fazer escutar pelo ouvinte, mas também de por-se em comunicação com ele”, marcaram a maioria dessas experiências. Fanucchi (1997) reforça o lado social e visionário de Brecht, que antecipa “três fatores que viriam a ser fundamentais para a afirmação do rádio moderno: a intervenção direta do ouvinte nos programas, a vigilância que o rádio pode e deve exercer sobre os governos e a contribuição do rádio para a formação da opinião pública”.

Enquanto meio de comunicação sem fins lucrativos, estas rádios surgiram trazendo perspectivas educativas e de desenvolvimento dentro dos movimentos protagonizados pela sociedade civil e acumularam experiências históricas de comunicação não hegemônica que foram, aos poucos, sendo conhecidas e difundidas em outros países, internacionalizando-se. Apesar de apresentarem características e práticas específicas que as diferenciaram e definiram (AMARC, 2004, p. 38), todas as iniciativas, como lembra Villamayor (2007, p. 1) tiveram “a mesma busca de recurso estratégico para uma mudança social”, embora conhecidas por inúmeras denominações.

## II. Cidadania e participação

É inegável a contribuição das rádios comunitárias enquanto canal alternativo no desenvolvimento social das localidades em que surgiram. Estes veículos sempre se

caracterizaram pela ativa participação da comunidade, incluindo mulheres e trabalhadores das zonas rurais, não apenas na produção de mensagens como também na criação de programas de diversos formatos – dando ênfase à cultura local, considerando que a palavra livremente expressa humaniza as pessoas. A radiodifusão como palavra pública é um exercício de liberdade de expressão.

A partir dos anos 1990, segundo Geerts e Van Oeyen (2001, p. 186) novas emissoras comunitárias surgem, com identidades diversas, mas trazendo a bagagem histórica de todas as experiências acumuladas ao longo dos anos. Vários movimentos se agruparam em torno dessas rádios, de configuração humanista e laica, transformando-se em espaço relacional construtor de sentidos. Movimentos de mulheres, jovens, artistas, universitários, povos de diferentes origens étnicas mostravam essa nova perspectiva político-comunicativa e cultural de se fazer rádio. Estes veículos exercem grande influência a nível local, devido às suas características como: a cobertura limitada, identificação com a comunidade ou região, vínculo comunitário e participação em projetos sociais.

Nestes sistemas de comunicação percebe-se a necessidade urgente de legitimar a cidadania através da participação da sociedade civil - e novos marcos regulatórios que permitam ampliar o debate sobre o tema da cidadania por meio de uma pluralidade de vozes -, limitando a concentração dos meios, formas de “cidadanizar” as políticas de comunicação (MATTELART, 2004).

Embora os índices de pobreza e exclusão das classes populares as levem a pensar primordialmente em suas necessidades mais básicas de sobrevivência, inúmeras organizações não governamentais e movimentos populares se dedicam à tarefa de mobilização e educação para a cidadania através do rádio, desde que governos democráticos se instalaram na América Latina (vide GOHN, 1997).

Ao tratar da participação social nos meios de comunicação, Manuel Garretón (1995, p. 103) reivindica uma multidimensionalidade cidadã, ligada ao acesso e à qualidade, isto é, um conjunto de direitos e deveres onde uma pessoa pode exercer sua capacidade de ser sujeito, de dizer e chegar a controlar o que dizer sobre os processos que definem um determinado campo, por exemplo, em relação ao mundo territorial, educativo, comunicacional, de gênero, etnia, geração etc.

Para Mata (2006, p. 13) haveria uma “cidadania comunicativa”, que pode ser compreendida como “o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito e demanda no campo da comunicação, bem como ao exercício desse direito”. Como enfatiza a autora, a “cidadania comunicativa” condiz com a dimensão dos direitos civis, como a liberdade de

expressão, o direito à informação e, especialmente às “práticas tendentes a garantir os direitos no campo específico da comunicação”.

O fenômeno da comunicação comunitária pode então ser visto como “um despertar de pessoas, de camadas sociais e de povos inteiros para a busca de condições de vida mais dignas, pautadas pelo desejo de interferir no processo histórico, sua vontade de posicionar-se como sujeitos e seu anseio de realizar-se como espécie humana” (PERUZZO, 2004). Contudo, para que exista uma verdadeira participação popular na comunicação, temos que considerar os vários níveis pela qual ela se expressa, tanto na produção de mensagens quanto no acesso a conhecimentos e recursos técnicos e na partilha na tomada de decisão (PERUZZO, 2004).

### III. O protagonismo das mulheres no rádio

Longe do poder de decisão sobre as pautas midiáticas cotidianas, a população não conta com meios para avaliar a qualidade da programação que recebe ou suas consequências. No processo de publicização da vida privada que promove, a mídia comercial pouco ou nada tem feito para valorizar as mulheres e suas lutas. Ao contrário: explora seus corpos e as apresenta como objetos de consumo.

No entanto, as mulheres têm constituído parte ativa da luta pela inclusão e, com o poder de suas vozes, vão tomando iniciativas “no sentido de afirmar o papel da comunicação de gênero para a consolidação de uma comunicação democrática entre pessoas”, como registrou o Cemina - Centro de Estudos e Projetos da Mulher (1998, p. 9). A ONG, criada em 1988, articulou a *Rede de Mulheres no Rádio* e a *Rede de Mulheres em Comunicação*, reunindo comunicadoras de todo o país até meados dos anos 2000. Atualmente, estas comunicadoras fazem parte da *Rede Mulher e Mídia*.

A AMARC - Associação Mundial de Rádios Comunitárias, com representação no Brasil desde 1995, e que conta com 51 associadas locais, entre emissoras comunitárias e alternativas, produtoras de rádio, redes e pessoas físicas, seguindo os passos dos movimentos de países latino-americanos vizinhos, onde se faz presente, reestruturou sua *Rede de Mulheres*, inaugurando o “Programa de Gênero”, cuja proposta é promover a discussão das rádios comunitárias com perspectiva de gênero, apoiando o trabalho das mulheres principalmente através da formação e da troca de informações e experiências entre radialistas associadas<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> As reivindicações da Rede de Mulheres da AMARC-Brasil foram reunidas na Plataforma das Mulheres para a Ia. CONFECOM, em maio de 2009, ainda no governo Lula.

Assim, por meio do rádio foram sendo reveladas muitas vozes femininas fora do eixo sul-sudeste.

Em 1993, Divina Jordão e Geralda Ferraz, comunicadoras e educadoras, uniram seus ideais para lançar o programa *Palavra de Mulher*, na Rádio Difusora AM 640 de Goiânia<sup>4</sup>, que contou com o apoio da Pastoral da Mulher. O objetivo era dar visibilidade às ações dos movimentos de mulheres e contribuir para esclarecer a população sobre os direitos humanos e femininos. Como a rádio é ouvida em mais de 200 municípios goianos, as produtoras tiveram a possibilidade de divulgar amplamente seu trabalho. Desde então, as ações comunicativas propostas priorizam a questão social mais relevante, que é a causa das mulheres. Assim são abordados assuntos aprofundando a temática de gênero, envolvendo a população historicamente marginalizada, principalmente da periferia.

A perseverança e o compromisso com as mulheres fizeram com que o *Palavra de Mulher* ganhasse credibilidade e tivesse efeito multiplicador. Em 2002, as comunicadoras colaboraram com o Conselho Estadual da Mulher em outra produção radiofônica e, após vencerem um concurso de inclusão digital, cujo prêmio foi um computador e a capacitação em edição de áudio, iniciaram uma parceria com a Rádio Universitária de Goiânia, lançando outro programa de gênero, o *Voz da Mulher*, apresentado por Divina Jordão e Ivone Cunha.

Os trabalhos das mulheres goianas permitiram outras inserções em projetos na área da Educação. Divina Jordão, por exemplo, contribuiu na criação da rádio-escola Milênio, revolucionando o projeto pedagógico do Colégio Estadual Jardim Balneário Meia Ponte e Geralda Ferraz iniciou outro projeto de rádio escolar na Escola de Ensino Fundamental Orientar Centro Educacional. Em ambas as escolas as rádios também priorizam a abordagem de gênero, no sentido da superação do preconceito com os meninos.

A perspectiva de que o protagonismo da juventude nas rádios escolares nascentes em vários cantos do Brasil venha apontar para uma nova cultura da participação nos meios de comunicação a partir da escola - que ainda é o lugar ideal para se praticar inclusões - tem sido apontada como uma alternativa promissora em vários estudos. Ao abordar a prática radiofônica por adolescentes no meio educativo, Amarante (2012) salienta que muitas meninas que atuaram nas rádios escolares se aproximaram do veículo por simples prazer, sem ter noção do que vem a ser "uma questão de gênero". Nota-se, assim, que os debates sobre gênero no meio educativo ainda são tímidos e necessitam de estímulo para se ampliar e se tornar mais corriqueiros.

---

<sup>4</sup> Hoje, o programa é apresentado todos os sábados ao meio-dia, com uma hora de duração

Porém ao perder o medo de se expressar, as meninas - lembra Mata (1998) vão "se descobrindo enquanto agentes de transformação social, não esperando que outros tomem a palavra em seu lugar". Esse exercício da palavra própria representa uma construção cultural da identidade de gênero no espaço público, operando transformações. A primeira delas advém do poder da linguagem.

Os programas *Palavra de Mulher* e *Voz da Mulher* se tornaram uma referência nas discussões de gênero e a equipe viu a necessidade de ampliar suas ações. Assim, em 2004, fundaram a Associação Mulheres na Comunicação, para efetivar projetos de capacitação nas temáticas trabalhadas com multiplicadores que atuam em várias esferas dos movimentos sociais. A entidade estabeleceu novas parcerias, entre elas com o Centro Livre de Artes, que tem na artista plástica Ivone Cunha uma aliada na apresentação do *Voz da Mulher*, além de patrocinadores como a escola Orientar Centro Educacional, o CESEG e o Grupo de Mulheres Negras Dandaras do Cerrado.

Além disso, incorporou às suas ações o apoio a estudantes e mulheres da comunidade no sentido de capacitá-los para uma atuação no movimento de mulheres, ganhando as adesões de uma jornalista, Denise Rodrigues, de Bruna Porto e da teóloga Aparecida Damascena. A história de todas estas mulheres tornou-se a própria história dos programas radiofônicos que já ganharam o reconhecimento da sociedade.

No interior do Ceará, nos anos 1990, o movimento comunitário idealizou várias rádios comunitárias de baixa potência, incentivado pelas mobilizações nacionais. Uma delas foi a *Rádio Independência*, na cidade do mesmo nome, fundada em 1996 pela ACORDI – Associação Comunitária de Radiodifusão Independência, pouco antes de ser votada a lei 9.612/98 que legalizou o serviço de radiodifusão comunitária. Em 1997, a entidade se juntou a sete outras associações municipais para iniciar a transmissão experimental da rádio. Desde então, entre repressões e fechamentos, o projeto popular ganhou apoio da comunidade, de igrejas e outras entidades, além de contar com a força das mulheres que sempre foram majoritárias no movimento, constituindo 68% das vozes na grade de programação e no quadro de sócias colaboradoras. A partir de 2009, quando as mulheres assumiram a direção da ACORDI, representando 50% de seu quadro - composto por 12 membros -, sentiram a necessidade de fortalecer os debates sobre gênero, combatendo o machismo no rádio e garantindo conteúdos não discriminatórios em sua programação em relação a gênero, etnia ou orientação sexual. Uma das primeiras iniciativas foi a criação de um programa feminino, que além das mulheres da rádio envolveu o coletivo de mulheres do Sindicato dos Trabalhadores

Rurais de Independência, as animadoras das CEBs<sup>5</sup> dos bairros e educadoras das escolas, totalizando 30 participantes. Entre rodas de conversa com trabalhadoras do campo, partilhas de vivências e dotes culinários, abriram discussões sobre o desemprego, a violência doméstica, a sobrecarga de tarefas do lar, alternativas econômicas solidárias e os fatores de desestruturação familiar que nortearam a criação do programa *Vida de Mulher*, lançado em junho do mesmo ano<sup>6</sup>. (AMARANTE, 2011).

No mesmo caminho, seguiram os grupos de mulheres de Água Preta, Joaquim Nabuco, Catende, Palmares e o Centro das Mulheres do Cabo da Zona da Mata do Sul, em Pernambuco, onde quase 60% das mulheres eram analfabetas, colocando no ar, em 1997, o programa Rádio Mulher, por meio de uma parceria com os Sindicatos de Trabalhadores (as) Rurais, para que o movimento feminista, através do rádio, pudesse criar um diálogo com as mulheres no sentido da desconstrução do machismo e do patriarcado daquela região (VELOSO e FARIAS, 2011, p. 6).

O setor de comunicação do MST – Movimento dos Sem-terra tem igualmente criado novos espaços para as mulheres e se alia aos movimentos comunitários na luta pela democratização dos meios de comunicação, promovendo uma verdadeira “reforma agrária do ar”, na expressão usada por Machado et al. (1986). Através das *Rádios Camponesas* em regiões de assentamentos, e de programas como o *Vozes da Terra*, cuja experiência marcou os anos 2000-, o movimento garantiu às mulheres o direito à voz no interior da organização, e elas têm exercido um papel relevante enquanto protagonistas em várias frentes, tanto no que tange à educação, o direito de posse da terra, como o trabalho agrícola e a manutenção da família, segundo aponta pesquisa concluída em 2007 (AMARANTE, 2007).

A revolucionária e inspiradora experiência da rádio Camponesa FM, localizada no assentamento Palmares, em Crateús-CE, que ora está comemorando seis anos de existência, foi tema de um documentário produzido pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). O grupo de comunicação do assentamento fez uma opção política por não ter outorga, porque esse tipo de concessão que a lei determina para rádios comunitárias – de limitar a escuta a 1 km não interessava. Quem questiona o alcance de uma rádio em zona extensa agrícola é a comunicadora Francisquinha Rodrigues, militante do MST, uma das primeiras mulheres a ocupar as terras que mais tarde viriam a ser área de assentamento, além de ter sido líder

---

<sup>5</sup> As CEBs – Comunidades Eclesiais de Base ainda têm muita força no interior do Ceará, oferecendo apoio a várias atividades comunitárias, inclusive as iniciativas em comunicação popular.

<sup>6</sup> O *Vida de Mulher* vai ao ar aos sábados, das 11 horas ao meio-dia.



sindical e mãe de quatro filhos, ela contou como é nesta fase da vida assumir mais um desafio, o de ocupar o latifúndio do ar. A iniciativa do MST na construção desse instrumento de comunicação para a classe trabalhadora faz parte da luta pela democratização e participação social da comunicação como direito do povo brasileiro. Os assentados, a partir da experiência se tornaram locutores e estão se vendo como comunicadores populares.

É importante salientar que, ao perderem o medo de falar ao microfone, as mulheres estão, como aponta Mata (1998, p. 13), “se descobrindo enquanto agentes de transformação social, não esperando que outros tomem a palavra em seu lugar”. Esse exercício da palavra própria representa uma construção cultural da identidade de gênero no espaço público, que pode operar grandes transformações.

#### IV. Participação dos povos tradicionais e afrodescendentes no rádio

Equipes de formação da AMARC-Brasil que visitaram diversas rádios comunitárias da região amazônica, como as da Rádio Popular e da Rádio Nativa, em Altamira, salientaram a importância da integração das populações ribeirinhas compostas por várias etnias que se encontram isoladas, através de serviços culturais e de utilidade pública, apesar da limitação de seu alcance ser de apenas 1 km. Este ano, em Teresina, reforçou-se a iniciativa reunindo universidades e organizações de movimentos sociais.

No que concerne à mobilização social e política dos povos indígenas através de movimentos comunitários na América Latina, observa Pablo Davalos (2005, p. 17), ela acontece com muita força organizativa desde os anos 1990, inspirada em Chiapas, no México - e se propaga entre inúmeros movimentos sociais do continente:

Sua eclosão deve-se a “um contexto regional onde se consolidam as políticas neoliberais de ajuste macroeconômico e de reforma estrutural, um processo que gera graves fraturas sociais, que polariza a sociedade, e que enfraquece a capacidade de construir uma estratégia de desenvolvimento autônomo democrático, equitativo e sustentável”.

Novas experiências comunicativas cidadãs dos povos tradicionais, a partir da organização de diversas etnias, foram registradas do nordeste brasileiro, como a rede “índios online” (AGUILAR, 2010, p. 132), uma experiência de ocupação etno-política pioneira do ciberespaço que se organiza inovando as redes sociais no século XXI.

No Pará, as alternativas oferecidas pelas novas tecnologias, como o software livre, caminham junto com os saberes ancestrais no projeto *Mídia dos Povos* da [AMARC Brasil](http://AMARC Brasil), reunindo diferentes etnias indígenas, representantes de movimentos sociais e coletivos de

mídia da Amazônia brasileira. Estes encontros também têm incluído comunidades quilombolas do Amapá e do Maranhão.

No coração da Amazônia, a Rádio Xibé<sup>7</sup>, uma rádio livre e itinerante apresenta programação e gestão abertas, coletivas, igualitárias, artesanais e sem fins lucrativos. Uma rádio que não busca "audiência", e sim a liberdade de expressão! Para falar a rádio Xibé defende a escolha do padrão Rádio Digital Mundial (DRM) (Githay Figueiredo, 2014).

Através do projeto Energia Solar nas Ondas do Rádio, do Instituto Mamirauá em Tefé, em 2016, várias pessoas foram capacitadas para atuar com radiodifusão em comunidades amazônicas com a utilização da energia fotovoltaica, como o caso do Jonas Duarte da Cruz da etnia Miranha, que está levando este conhecimento para todas as comunidades que recebem a Rádio Xibé.

O Projeto *Mídia dos povos* – da Rede Mídia dos Povos na Amazônia conta com uma maioria de mulheres que participam das formações. Recentemente, mulheres indígenas aprenderam a construir placas solares com Jonas do Médio Solimões.

Outras representantes de comunidades indígenas Munduruku, que enfrentam ameaças à sobrevivência de suas aldeias, às margens do Tapajós<sup>8</sup>, documentaram o processo de auto demarcação após uma oficina de produção audiovisual.

No tocante às iniciativas oriundas de comunidades afrodescendentes, a produção na mídia em geral ainda é escassa e que constitui um campo de estudos bastante recente designado como “etnomídia”, que se produz num espaço de afirmação de identidades étnicas, promovendo a valorização dos aspectos culturais, no presente caso, advindos da diáspora africana no continente brasileiro.

No entanto, a divulgação de mensagens midiáticas pode comportar uma reprodução ideológica do discurso da indústria cultural que, segundo Hall (1999, p. 50) é muito sutil, pois esta dissemina ideias que justificam um determinado tipo de organização social, intervindo no sistema de representações individuais para a formação da identidade.

Os espaços universitários, em parceria com rádios comunitárias, têm proporcionado novas perspectivas para um trabalho radiofônico inovador neste sentido (LAHNI, 2009), além

---

<sup>7</sup> [http://www.mcti.gov.br/noticia/-/asset\\_publisher/epbV0pr6eIS0/content/projeto-energia-solar-nas-ondas-do-radio-certifica-mais-de-60-jovens-da-regiao-de-tefe-am-neste-ano](http://www.mcti.gov.br/noticia/-/asset_publisher/epbV0pr6eIS0/content/projeto-energia-solar-nas-ondas-do-radio-certifica-mais-de-60-jovens-da-regiao-de-tefe-am-neste-ano).

<sup>8</sup> Estas comunidades podem ser totalmente alagadas com a construção da Usina hidrelétrica dos Tapajós.

do estímulo oferecido pelo Ministério da Cultura<sup>9</sup>. Enquanto mediadores de conhecimentos e de ideias, inúmeros comunicadores estão interferindo nas práticas culturais e promovendo novas identificações. Considerados grupos minoritários quando se pensa na pouca representação social, política e econômica que têm no Brasil (inserção no mercado de trabalho, ocupação de cargos de poder e outros) e não no sentido quantitativo, como salienta Ferreira (2012) o segmento afro-brasileiro corresponde a um número expressivo da população para a qual se articulam políticas públicas de inclusão.

Segundo Darcy Ribeiro (1995), “a distância social mais espantosa no Brasil é a que separa e opõe os pobres dos ricos. A ela se soma, porém, a discriminação que pesa sobre negros, mulatos e índios, sobretudo os primeiros”:

As lutas mais longas e cruentas que se travaram no Brasil foram a resistência indígena secular e a luta dos negros contra a escravidão, que duraram os séculos do escravismo. Tendo início quando começou o tráfico, só se encerrou com a abolição. [...] As taxas de analfabetismo, de criminalidade e de mortalidade dos negros são, por isso, as mais elevadas, refletindo o fracasso da sociedade brasileira em cumprir, na prática, seu ideal professado de uma democracia racial que integrasse o negro na condição de cidadão indiferenciado dos demais.

No Paraná, onde predomina a imigração europeia, as marcas da diáspora africana são presentes e significativas em todo o estado: 28% da população<sup>10</sup> é afrodescendente, enquanto que os representantes das diversas etnias indígenas é de 0,25%. Porém, os aportes culturais destes povos são pouco divulgados na mídia em geral e a participação destes é ainda incipiente. Há rádios comunitárias que não estão cumprindo com a função social a que se destinam e praticamente não estimulam a inclusão das mulheres para um debate mais efetivo sobre as questões de gênero, saúde e, sobretudo, à violência praticada contra as mulheres.<sup>11</sup>

A este respeito, convém lembrar que os grupos étnicos, longe de viverem em função do passado, reinventam sua identidade no cotidiano, no contato com o outro, com os meios de comunicação alternativos, no fazer coletivo e também segundo os interesses calcados na

---

<sup>9</sup> Através da Fundação Cultural Palmares – que atua junto ao MINC, vários editais têm contemplado a produção de programas audiovisuais e sonoros sobre a cultura afro-brasileira, bem como programas educativos destinados à juventude das rádios comunitárias, como o projeto Nossa Onda (2010).

<sup>10</sup> Censo de 2010.

<sup>11</sup> Segundo o *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*, o estudo mais recente e completo disponível sobre o tema, o país atingiu em 2013 uma taxa média de 4,8 homicídios a cada 100 mil mulheres, número 2,4 vezes maior que a taxa média observada no ranking que inclui 83 nações, que é de 2 assassinatos a cada 100 mil. Entre as mulheres negras, o feminicídio cresceu em 54% (PRADO, Debora; SANEMATSU, Marisa (orgs). *Feminicídio. Invisibilidade Mata*. Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017).

atualidade, uma vez que a vida comunitária é dinâmica e continuamente preservada pelos mais diversos modos, pelo convívio e a intercomunicação que ocorre, principalmente, através da palavra.

## V. Considerações

Este é apenas um indício de que a sociedade está mais exigente em relação ao que a chamada “grande mídia”, que tem maior penetração nos lares – tem mostrado. A televisão é o meio mais visto em horários noturnos, mas o rádio tem uma grande audiência no período diurno, sobretudo pelas mulheres, em razão das características inerentes ao veículo, que pode ser ouvido durante outras atividades. As rádios comunitárias, quando apresentam boas programações, cumprem com um papel relevante nas comunidades pelos debates que promove e as alternativas contra a exclusão de determinados grupos sociais.

Apesar deste fato, e da grande "feminilização" ocorrida no ambiente acadêmico, como aponta Del Priori (2013), em certas comunidades ainda impera a subserviência da mulher ao homem, à vida doméstica, à cultura do silêncio – estes constituindo verdadeiros entraves à participação social [além de ser um fator de grande e crescente incidência da violência doméstica, como se nota pela aplicação crescente da Lei Maria da Penha]. Por esta razão se assiste a constantes enfrentamentos pela igualdade de direitos, a inclusão na sociedade e a busca da democracia.

A autora aborda ainda um machismo perpetuado pelas mulheres no Brasil [e largamente reforçado pela mídia comercial massiva]:

São elas as transmissoras dos piores preconceitos. Na vida pública, elas têm um comportamento liberal, competitivo e aparentemente tolerante. Mas em casa, na vida privada, muitas não gostam que o marido lave a louça; se o filho leva um fora da namorada, a culpa é da menina; e ela própria gosta de ser chamada de tudo o que é comestível, como gostosa e docinho, compra revistas femininas que prometem emagrecimento rápido e formas de conquistar todos os homens do quarteirão.

As feministas estiveram entre as primeiras a reclamar da imagem da mulher que a mídia divulga, imagem esta submetida ao patriarcado e ao mercado. No Brasil, há algumas décadas, comunicadoras que atuam na mídia comunitária e alternativa, têm levado à justiça peças publicitárias, construções dramáticas, letras de música, todas contendo agressões, preconceitos étnicos e estigmas de gênero, reforçadores dos valores que submetem historicamente as mulheres. Entretanto, o controle social da mídia tem sido uma “questão difícil de tratar”, como afirma Rita Freire, conselheira da EBC (Empresa Brasil de Comunicação).

É igualmente relevante observar o exercício de reflexão crítica sobre eles por parte dos receptores locais. É no espaço das mídias que percebemos o reconhecimento dos setores comprometidos com o fortalecimento da cidadania (compreendendo essa cidadania como o reconhecimento da identidade, o direito à livre expressão, à informação, ao acesso aos meios de comunicação, à cultura, às tecnologias que estão sendo utilizadas etc.), e com o direcionamento das políticas públicas que regulam essas ações, inclusive nos novos espaços oferecidos pela mídia digital.

### Referências

AGUILAR, Alejandra. Índios online: uma experiência indígena brasileira de Mídia Cidadã. In: *Recortes Brasileiros de Ativismo Midiático*. Pereira, Ariane et al. (orgs). Guarapuava: Unicentro, 2010 (Coleção Conversas Contemporâneas em Comunicação-3C), p. 132.

AMARANTE, Maria Inês; VARELA, Sonia Ines. Rádio comunitária na tríplice fronteira: participação étnica e de gênero na Rádio Norte FM, *Revista Observatório*, Palmas, v. 2, n.3, p.270-291, mai.-ago.2016 .

AMARANTE. *Rádio comunitária na escola: adolescentes, dramaturgia e participação cidadã*. São Paulo: Intermeios, 2012.

\_\_\_\_\_. Vidas, Vozes e Palavras de Mulheres no Rádio: sim, elas podem... *Revista Alterjor*, Vol. 1, No 3, 2011, p. 1-14.

AMARC – ALC. *Cara y Señal*. Argentina, Ano 1, n. 1, Mayo-Agosto 2004, pp. 33-60.  
AMARC ALC y ALER. Cambio Social y cambio cultural. La vinculación de Iãs Mujeres y La Política. *Gritos em El coro de señoritas*, AMARC ALC y ALER, Buenos Aires, 2008, p. 10.

BORDENAVE, Juan Díaz. *Participación*. Asunción: Paraguay: Editorial Arandurã, abril 2016.

DAGRON, Alfonso Gumucio. *Haciendo Olas*. Histórias de comunicación participativa para el cambio social. New York: The Rockefeller Foundation, 2001.

DÁVALOS, Pablo .Movimientos Indígenas en América Latina: el derecho a la palabra. In: *Pueblos indígenas, estado y democracia*, 1ª ed. - Buenos Aires :Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005, p. 17-33. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/davalos/CapDavalos.pdf>, acesso em 19 de junho de 2014.

FANUCCHI, Mario. O Rádio de Brecht Setenta anos depois. *Revista USP-SP*. São Paulo, nº 34, junho/agosto 1997, p. 1-5.

FERREIRA, Ricardo Alexino. *Etnomidiologia: ciência midiática, comunicação e cultura*. Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade, XII

Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2012.

GARRETÓN, Manuel. Democracia, cidadania y médios de comunicación: un marco general. In: ALFARO, María. *Los médios: nuevas plazas para la democracia*. Lima: Asociación de Comunicadores Sociales Calandria, 1995, p. 97-108.

GEERTS, Andrés, VAN OEYEN, Victor. *La radio popular frente al nuevo siglo: estudio de vigência e incidência*. Quito/Equador: ALER, 2001.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *As artes da resistência radiofônica na era digital: uma antropologia da rádio Xibé*. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

\_\_\_\_\_. *A fronteira virtuosa: universidade, mídias livres e diálogo*. Trabalho apresentado na VIII Reunião de Antropologia do Mercosul “Diversidade e poder na América Latina”, dentro do Grupo de Trabalho intitulado “Povos indígenas e processos de educação escolar e não escolar”, realizado em Buenos Aires entre 29 e 2 de outubro de 2009.

CABRAL FILHO, Adilson Vaz. *A formulação de políticas no setor de rádios comunitárias no Brasil: por um modelo que compreenda o desenvolvimento humano e social*. Revista Redes, p. 28, 2013. Disponível em: <http://dianet.unirioja.es/download/articulo/3919431.pdf>. Acesso em 20/04/2017.

GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.

HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LAHNI, Cláudia Regina. Identidade Negra nas Ondas do Rádio. In: LAHNI et al. *Culturas e Diásporas Africanas*, Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

MACHADO, Arlindo, MAGRI, Caio, MASAGÃO, Marcelo. *Rádio livres: a reforma agrária no ar*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MAGNATA, Gustavo. A vivência em Conceição das crioulas na construção de uma rádio comunitária. In: DANTAS, Célia Rique Gentile (ORG.) *Rádios comunitárias: avanços ou negação do direito humano à comunicação?* Recife: Gajop, 2010. (Caderno de Educação para a Cidadania, 4), p. 50-56.

MATA, Maria Cristina. Comunicación y cidadania: problemas teórico - políticos de su articulación. *Revista Fronteiras: estudos midiáticos*, São Leopoldo: Unisinos VIII (1): 5-15, jan/abr. 2006.

\_\_\_\_\_. (coord.). *Mulher e rádio popular*. São Paulo: ALER-Brasil/Paulinas, 1998. (Manuais de Comunicação, 11).

MORENO, M.A. *El desafío de las rádios comunitárias*. Anagrama, p. 66-77, Jan-Jul. 2008. Disponível em: <http://revistas.udem.edu.co/index.php/anagramas/article/viewFile/708/649>

MOURA, Iara. Raio-X da ilegalidade. Políticos donos da mídia no Brasil. *Revista Direito à Comunicação no Brasil*, 1/8/2016, p. 45-59. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=29753>. Acesso em 15/04/2017.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PRADO, Debora; SANEMATSU, Marisa (orgs). *Feminicídio. Invisibilidade Mata*. Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

SANTAELLA, Lúcia. *Culturas e artes do pós-humano. Da cultura das mídias à cibercultura*. Coord. Valdi José de Castro. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, Josivan Rodrigues dos. *Conceição das Crioulas Um Caso de Sucesso*. Monografia. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação Departamento de Design Projeto do Produto, 2004, 52 p.

VELOSO, Ana; FARIAS, Hainer. Rádio Mulher: A comunicação feminista nas ondas do rádio no Nordeste do Brasil. In: PERUZZO *et al.* (ed.). *Trazos de otra comunicación en América Latina*, Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, Red Danesa de Investigación en Nuevos Pensamientos sobre Ciudadanía, Autoridad y Espacio Público en América Latina, Universidad del Norte. -- Barranquilla, Col.: Editorial Universidad del Norte, 2011, p.3-19.

VILLAMAYOR, Claudia. *Tramas de la comunicación: 60 años de historia de Comunicación Radiofónica en América Latina*. 23 de Mayo del 2007.